



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ROBERTO TRIPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CEU-JAÇANÃ – RUA ANTONIO CEZAR NETO, 105
DATA: 30 DE NOVEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Nós vamos abrir a presente audiência pública, na qualidade de membro da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 29ª audiência pública, de 2013, sendo que é a 13ª audiência pública sobre os projetos 694/2013, que trata do Plano Plurianual 2014-2017, 695/2013 o Orçamento, de 2014 e a 7ª regional.

Esta audiência tem como objetivo facilitar a participação da população da região Norte, compreendendo as seguintes subprefeituras: Casa Verde, Jaçanã-Tremembé, Santana-Tucuruvi, Vila Maria-Vila Guilherme.

A íntegra da transcrição da presente audiência pública também estará disponível no portal da Câmara Municipal de São Paulo, *links* audiências públicas, registro escrito.

Informo que as inscrições para o pronunciamento devem ser feitas junto à secretaria da Comissão, onde estão disponíveis os formulários para o encaminhamento das solicitações, por escrito. Estes são os formulários que estão à disposição da assessoria.

Foram convidadas a participar desta audiência diversas autoridades, mas eu gostaria de registrar a presença honrosa do Sr. Edison Vianna, Subprefeito de Jaçanã-Tremembé. Os demais subprefeitos convidados não compareceram.

Estão presentes também: a Sra. Zeni Rose Toloi, Supervisora Técnica de Saúde, da Subprefeitura Casa Verde e Cachoeira; a Sra. Vera Buso, Supervisora Técnica de Saúde, de Santana-Jaçanã, que indicou como representante a Sra. Elen de Agostin; a Sra. Silvana Lee, coordenadora de administração e finanças da Subprefeitura de Vila Maria-Vila Guilherme.

Peço à assessoria que passe um resumo do Orçamento e do Plano Plurianual.

O SR. EMERSON RILDO - Bom dia a todos, meu nome é Emerson Rildo, sou da Consultoria Técnica de Economia e Orçamento, da Câmara Municipal de São Paulo, vou apresentar resumidamente a parte do Orçamento que se refere à região Norte.

A região Norte engloba as Subprefeituras da Casa Verde-Cachoeirinha, Jaçanã-Tremembé, Santana-Tucuruvi, Vila Maria-Vila Guilherme.

Esta apresentação está bastante resumida, procuramos englobar mais ou menos algumas ações que são importantes, mas há outras também importantes que não foram colocadas aqui, mas está tudo no site da Câmara Municipal de São Paulo, no site da Prefeitura, e se houver qualquer dúvida teremos as informações que por ventura estejam faltando.

Alguns dados da região Casa Verde-Cachoeirinha a população gira por volta de

310 mil habitantes, área de 26,7 quilômetros quadrados e a densidade demográfica é de 11,5 mil habitantes por quilômetro quadrado.

No que se refere ao Orçamento para essa Subprefeitura, na proposta do Executivo, para 2014, é de R\$ 25,8 milhões. O orçamento da Prefeitura que será aplicado na região está por volta de R\$ 70,59 milhões, ou seja, há outros órgãos da Prefeitura cujas ações têm a ver com esta região. Não apenas na Subprefeitura.

No que se refere ao Plano Plurianual, entre 2014-2018, há uma expectativa de gastos na ordem de R\$ 248 milhões. Na proposta para esta região, temos a requalificação do corredor Inajá de Souza; implantação do terminal de ônibus de Vila Nova Cachoeirinha; gastos relacionados à modernização semafórica, R\$ 3,58 milhões; obras relacionadas à drenagem urbana, manutenção do sistema de drenagem, de 2014-2017 somam-se os R\$ 5 milhões mais por volta de R\$ 1 milhão, vai dar quase R\$ 7 milhões.

Na parte de educação: temos a construção das EMElS e algumas CEIs, a Prefeitura pretende gastar, entre 2014-2017, R\$ 21,8 milhões.

No que se refere à moradia: há uma expectativa de construção de 1.122 unidades habitacionais, com gastos por volta de R\$ 18,4 milhões, entre 2014-2017.

Na área da saúde: construção de UPA no Jardim Peri, no valor de R\$ 6 milhões; reforma do Hospital Municipal Maternidade Escola Dr. Mario de Moraes, no valor de R\$ 3 milhões. No caso da saúde, a implantação do Centro de Especialização de Reabilitação, 4, no Cachoeirinha, gastos por volta de R\$ 9,7 milhões.

Subprefeitura Santana-Tucuruvi: população por volta de 324 mil habitantes; área de 34,7 quilômetros quadrados; a densidade demográfica é de 9.361 habitantes, por quilômetro quadrado. O orçamento para essa Subprefeitura, proposto para o ano que vem, está por volta de R\$ 31 milhões; o orçamento do Município aplicado na região será por volta de R\$ 139 milhões; gastos previstos quando consideramos o Plano Plurianual, 2014-2017, aplicado na região, será por volta de R\$ 683 milhões.

Implantação do terminal de ônibus, Terminal Santana, área útil de 11.338 metros quadrados, a proposta do Executivo está por volta de R\$ 97,11 milhões; a implantação do corredor Norte-Sul, é uma obra estimada em R\$ 72 milhões; modernização, reformas e substituição de semáforos, a previsão de gastos é de R\$ 5,3 milhões.

Na habitação: a proposta de gastos está em torno de R\$ 6 milhões, sendo 331 unidades entregues, até o fim desse período; manutenção do sistema de drenagem, gastos,

por volta, de R\$ 14 milhões; construção, reforma e (Ininteligível) de espaços de feiras e exposições a proposta de gastos é de R\$ 273 milhões, entre 2014 e 2017; construção da UPA, OS Municipal Lauro Ribas Braga, previsão de gastos de R\$ 6 milhões; a Rede Hora Certa terá gastos de R\$ 7 milhões; modernização do Complexo Anhembi, gastos, por volta, de R\$ 56 milhões.

Temos também a parte de *Wi-Fi*, gastos por volta de R\$ 2,3 milhões; conservação de áreas verdes e vegetação arbórea, gastos, por volta, de R\$ 14 milhões.

Subprefeitura Jaçanã-Tremembé: a população está por volta de 291 mil habitantes; área de 64,1 quilômetros quadrados; densidade demográfica de 4,553 mil habitantes, por quilômetro quadrado.

Dados referentes ao Orçamento: a proposta da Prefeitura é de R\$ 29,6 milhões, para o ano que vem; o Orçamento do Município, aplicado na região, será, por volta, de R\$ 193,33 milhões e os gastos relacionados, entre 2014-2017, será de R\$ 689,99 milhões.

Algumas obras propostas no Plano: construção de Centros de Educação Infantil, temos várias denominações: CEI, setor 3903, Distrito Jaçanã Simec, valor total R\$ 4,8 milhões; CEI, setor 8103, Distrito Tremembé, R\$ 4,8 milhões; CEI, setor 8103, Tremembé, R\$ 5,72 milhões; CEI 8104, Distrito Tremembé, R\$ 4,8 milhões; CEI, 8104, Tremembé, valor R\$ 5,74 milhões; CEI Setor 8105, Distrito de Tremembé: R\$ 4,8 milhões; CEI 8105 Tremembé, entre 2014 e 2017, R\$ 5,89 milhões; CEI 8105 Tremembé, valor total R\$ 5,3 milhões. CEI Setor 8106, Distrito de Tremembé: valor total R\$ 4,8 milhões.

Então, aqui nós temos uma ação bastante forte do Executivo em relação à construção de unidades educacionais.

Também temos a construção de EMEI. A EMEI do Setor 8103: Rua Kotinda, Rua Cachoeira, Tremembé, valor de R\$ 5,66 milhões.

EMEI Setor 8104, na rua dos Sabias da Cantareira, Tremembé: R\$ 7,06 milhões.

Temos a construção e instalação de unidades básicas integradas de saúde: UBS Integral Jova Rural, valor R\$ 5,5 milhões.

Continuando na área de saúde, temos para construção da UPA São Luiz Gonzaga, valor de R\$ 9 milhões; reforma do Hospital São Luiz Gonzaga, estimada em R\$ 3,04 milhões.

Ações referentes a drenagem, melhoria da drenagem urbana e proteção das bacias

hidrográficas, temos obra na bacia do córrego Paciência: valor previsto no PPA para gastos, entre 2014 e 2017, em torno de R\$ 242 milhões; bacia do córrego Tremembé, R\$ 183 milhões. Para a manutenção dos sistemas de drenagem, R\$ 12,1 milhões.

Na área de saúde, ainda, a rede Hora Certa: Hospital São Luiz Gonzaga, uma estimativa de R\$ 7 milhões.

Habitação: para a regularização fundiária, a Prefeitura pretende gastar nessa região por volta de R\$ 19,93 milhões, um total de 755 famílias beneficiadas.

Agora vamos passar para a Subprefeitura da Vila Maria/ Vila Maria. Os distritos envolvidos são: Vila Guilherme, Vila Maria e Vila Medeiros. A população é por volta de 297.000 habitantes; área de 26,40 km²; densidade demográfica de 11.277 habitantes/ km².

O orçamento da Subprefeitura da Vila Maria/ Vila Guilherme proposto para 2014 é de R\$ 30,58 milhões. O Orçamento do Município aplicado na região da Vila Maria/ Vila Guilherme para 2014 é de R\$ 105,7 milhões. Gastos previstos no Plano Plurianual a serem aplicados na região de Vila Maria/ Vila Guilherme: R\$ 468,11 milhões.

Algumas ações a serem destacadas: UBS Integral Jardim Julieta, valor total entre 2014 e 2017 é de R\$ 5,5 milhões; UPA PS Municipal Vila Maria Baixa, valor total de R\$ 6 milhões, aplicados entre 2014 e 2017.

Construção de centros de atenção psicossocial – CAPS. Temos dois CAPS em Vila Maria, um deles o CAPS AD III. Cada CAPS está por volta de 1,95 milhão. Temos a reforma do Hospital Municipal Vereador José Storopoli, no valor de 3 milhões. Implantação da Rede Hora Certa, também na Vila Maria, em torno de 7 milhões.

Drenagem urbana e proteção das bacias hidrográficas. Bacia do Córrego Paciência, valor total de 242 milhões e 350 mil. Manutenção de sistemas de drenagem, estimativa de 16 milhões.

Uma obra importante relacionada à coleta seletiva, a Central de Triagem Automatizada, Distrito de Vila Maria, tem estimativa de gastos no Plano em torno de 30

milhões.

No caso da habitação, a expectativa de gastos é de 8,63 milhões entre 2014 e 2017, com um total de 520 famílias beneficiadas. Em relação à regularização fundiária, a previsão de gastos é de 2,82 milhões, com um total de 1.655 famílias beneficiadas. Fiz uma conta para que se tenha uma ideia a respeito do custo médio dessas habitações. Fazendo-se uma estimativa grosseira, pegando o gasto total que o governo pretende gastar com habitação e o número total de moradia, temos um custo de 18 mil reais por moradia.

Esta apresentação é bastante resumida. Qualquer dúvida que porventura vocês tiverem, temos um orçamento mais detalhado, com coisas mais específicas que não foram expostas aqui. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Relembro que as inscrições encontram-se abertas junto à assessoria. Todos os que quiserem fazer indagações, dirijam-se à assessoria.

Passo a palavra ao Subprefeito de Jaçanã-Tremembé, Sr. Edison Vianna.

O SR. EDISON DE OLIVEIRA VIANNA JUNIOR – Bom dia a todos. É um prazer estar presente a esta audiência pública. agradecemos à Câmara Municipal por mais esta atividade.

Antes de falar sobre o Orçamento, quero fazer uma publicidade das próximas audiências públicas. uma das quais será a da própria Comissão que está discutindo o Plano Diretor. Essa audiência pública devolutiva do Plano Diretor será realizada no dia 6 de dezembro próximo, sexta-feira, neste mesmo espaço, às 19h30. No dia 8 de zembro, domingo, vai haver eleições do Conselho Participativo Municipal para todas as subprefeituras. Nós temos a relação no papel dos locais de votação e pedimos a todos que participem dessas eleições e temos o resumo rápido e o número de inscrições do Conselho Participativo Municipal, no total de 2878, 21 candidaturas indeferidas, um óbito e uma desistência. O número de candidatos habilitados é de 2855 em todo o município e serão usadas 8780 urnas, são 271 pontos de

votação espalhados na Cidade e os locais de votação você vai conseguir encontrar no site: conselhoparticipativo@prefeitura.sp.gov.br é importante que todos participem.

Com relação ao Orçamento, temos uma deficiência grande nas regiões mais periféricas, diferente da Casa Verde, Santana, Tucuruvi, que são de classe média, temos uma região mais periférica e uma infraestrutura mais eficiente. Aqueles valores colocados para a regularização fundiária, tem a ver com essa infraestrutura, os valores são insuficientes, mas parte da infraestrutura precisaremos fazer pela Subprefeitura, não só a manutenção da zeladoria, mas temos de fazer, às vezes, uma pavimentação, uma nova linha de drenagem, às vezes, é necessário fazer pavimento, ou passeio. Há escolas em que os alunos caminham na rua, nas regiões mais periféricas.

Pedimos atenção aos Vereadores para que seja considerado esse aspecto e precisamos concluir a infraestrutura, precisamos terminar de construir a Cidade nesta região e para isso dar a condição de conforto para nossa população que é dada às subprefeituras mais centrais.

Notamos esse desequilíbrio nos serviços oferecidos pelas empresas que preferem atender os bairros mais próximos ao Centro que são de classe média em detrimento à periferia. Essa é na verdade uma lógica que precisamos romper. Precisamos praticar a inclusão de certas áreas do nosso bairro. Há uma malha urbana completa e temos uma rede de semáforos eficientes, ruas, aqui na esquina, temos um cruzamento que não possui um semáforo e precisava ter.

Há um projeto para a rotatória na frente do CEU, é uma lógica que precisa ser reestudada, pois é uma região estratégica que traz toda parte da Cidade, da Subprefeitura que não é incluída na malha urbana, então, os (palavra inaudível) pela manhã são 30 minutos que os nossos cidadãos levam para passar da parte de cá do córrego do Piqueri para a parte do Jaçanã, para a parte do sistema viário mais próximo, então, existe uma deficiência grande no setor de mobilidade urbana na nossa região, e precisamos de investimentos significativos no

sistema viário.

Eu trouxe um Diretor da CET para dar uma caminhada por aqui, e acho que poucas vezes, que há bairros que nunca receberam a visita de um marronzinho. Precisamos então aumentar a quantidade de servidores da CET e da GCM em relação à cobertura da Segurança Pública, que também é um problema.

Apesar de a Ilume estar atendendo as nossas solicitações, precisamos de uma melhor iluminação por conta, sobretudo, da segurança das crianças. Há escolas do Estado que atendem o período noturno, se não me engano, e não me lembro dos nomes, mas precisamos de mais Segurança. Esses dias houve um estupro numa escola, na Filomena Bailão, Jardim das Pedras, e ficamos de mãos atadas. A parte da Segurança não tem a ver diretamente com a Prefeitura, é parte do Governo do Estado, mas temos de ter ações significativas no setor para melhorarmos a segurança de nossos jovens.

Enfim, acho que o Orçamento é um pouco desequilibrado nesse sentido, precisamos formular políticas públicas mais concretas para a conclusão de uma infraestrutura que traga mais cidadania para os bairros periféricos.

Em resumo, era isso, não quero me estender para não comprometer a audiência pública, mas acho que as pessoas em suas manifestações vão entrar em mais detalhes quanto ao que eu aqui observei.

É um prazer tê-lo aqui, Vereador. Sucesso em nossa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Sr. Édson Viana, obrigado pela manifestação. Vou levar em conta as suas preocupações.

Quando nós discutimos a planilha, disse que os valores são pequenos perto do enfrentamento do dia a dia, diante da falta de infraestrutura. Infelizmente, há necessidade de aprimorarmos e, sem dúvida, vou levar suas preocupações ao relator, Vereador Paulo Fiorilo, e aos demais componentes da Comissão.

Chamo a Sra. Silvana Alho, coordenadora administrativa e financeira da Sub Vila Maria – Vila Guilherme, para suas considerações pertinentes ao Orçamento.

A SRA. SILVANA ALHO – Bom dia a todos. É um prazer estar com todos vocês nesta manhã. Acho muito importante – e tenho 24 anos de Prefeitura sempre na área de Finanças - verificarmos à disponibilidade de todos nesta manhã. É uma pena que poucos participaram deste bonito evento.

Em resumo, o que foi previsto para a nossa Subprefeitura são 30 milhões. E considerando que 34 milhões, para o ano de 2013, foi insuficiente, a minha preocupação, o meu ponto de vista é que uma previsão de 30 milhões, depois de ter o que for efetivado e o contingenciamento, é pouco para poder atender toda demanda que há em nossa Subprefeitura.

Grosso modo, entendo que deveria ser estudada uma forma, e que tivéssemos uma liberação maior de valor para todas as subprefeituras. E estou levando em consideração o que foi feito este ano.

Hoje tenho 34 milhões considerando as suplementações, a folha e tudo mais. Então, eu gostaria que vocês olhassem com carinho esse assunto e que pudessem dar um reforço no valor cedido a cada subprefeitura.

Era isso. obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Agradeço a manifestação. Silvana, vamos levar novamente também suas considerações para o relator e para os membros da Comissão.

Convido a Sra. Vera Buso. (Pausa) Ela está representada hoje pela Sra. Helen de Agostinho, que falará pela Supervisão Técnica de Saúde de Santana-Jaçanã.

A SRA. HELEN DE AGOSTINHO – Bom dia a todos. Estou representando a Dra. Vera Buso, da Supervisão Técnica de Santana-Jaçanã. Minha área é odontologia. Sou interlocutora de saúde bucal e falarei disso, que é minha área. Estamos com alguns probleminhas - todos já direcionados para uma solução -, como: ocupar os espaços das unidades de saúde onde há vácuos no setor de odontologia. Há unidades sem dentistas e há unidades em que poderíamos ampliar um pouco mais o horário. Há unidades que fecham às 17 horas, e estamos tentando ampliar o horário até as 19 horas para aquelas pessoas que trabalham.

Estamos lutando também para que haja um centro de especialidades odontológicas na região de Jaçanã, porque em Santana já conseguimos implantar, na Brás Leme, nosso centro de especialidades.

Também estamos lutando muito – porque nossa demanda é imensa nesse sentido

– para prótese. Não damos conta: todo mundo precisa de implantes, mas nossa capacidade é muito pequena. Estamos tentando conseguir um laboratório de próteses na região de Jaçanã, porque os dentistas, já temos, assim como o material, que é fornecido pela Prefeitura. Está nos faltando somente a parte do laboratório.

Quanto às outras demandas, sei que em nossa região precisamos expandir o número de UBS, precisamos construir novas unidades, mas, sobre esse assunto, me poupo, porque a Dra. Vera Buso, nossa Supervisora, certamente tem mais condições de discutir.

Agradeço aos presentes e às autoridades. E, precisando de algo da Supervisão Técnica de Saúde de Jaçanã, estou à disposição. Bom dia a todos e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Registra a presença do Sr. Fábio Pereira, representante de Sempla, e passo-lhe a palavra para falar a respeito de Jaçanã em relação à possibilidade de aumento de recursos para essa subprefeitura, bem como sobre a questão já levantada, sobre UBS e ampliação de horários.

O SR. FÁBIO PEREIRA – Bom dia a todos...

O SR. FÁBIO PEREIRA – Bom dia a todos os presentes, ao Subprefeito e ao Vereador Aurélio Nomura. Creio que a questão do orçamento das subprefeituras não é diferente da de Jaçanã, de M'Boi Mirim, da Sé *etc.* Embora as carências sejam distintas, a insuficiência do orçamento é comum; trata-se de um problema que não respeita mudanças de governo. O orçamento da Prefeitura é insuficiente para atender a todas as demandas – sejam as de zeladoria; sejam as de investimento em infraestrutura urbana, em saúde, em educação, em sistema viário, em tráfego, em trânsito *etc.* O orçamento é insuficiente exatamente porque existem essas múltiplas demandas. Se tivéssemos apenas algumas dessas demandas, talvez o orçamento não fosse insuficiente. É exatamente a multiplicidade, a quase infinita demanda que temos nas mais diversas áreas que torna o orçamento de cada uma das subprefeituras, de cada uma das áreas – saúde, educação, transporte *etc.* – insuficiente.

O esforço que o Executivo fez ao elaborar a proposta orçamentária foi o de tentar,

na medida do recurso disponível, minimizar essas insuficiências. Em primeiro lugar, o esforço de aumentar o recurso disponível. O orçamento global da Prefeitura em relação ao ano anterior teve um aumento de 20%, contando com um aumento significativo da transferência de recursos federais para o Município, pois os recursos próprios do Município aumentam de forma muito menos significativa do que isso, não em 20%.

De maneira geral, esse é o marco sobre o qual elaboramos o orçamento. No caso que foi citado anteriormente, há algumas coisas que podem mudar na própria proposta orçamentária, que ficariam a critério dos Vereadores, porque, na medida em que a proposta tramita na Câmara Municipal, a governabilidade sobre as mudanças no orçamento pertence ao Poder Legislativo. Também há coisas que podem mudar ao longo da execução do orçamento do ano seguinte, de 2014.

Destaco duas questões que se referem às subprefeituras, que estão no orçamento da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, mas não no orçamento das subprefeituras. Uma, a questão de pavimentação e recapeamento. Houve um aumento significativo em relação ao ano anterior. O ano de 2013 será fechado com um orçamento abaixo de 60 milhões de reais para toda a Cidade. Em 2014, estamos prevendo, para pavimentação e recapeamento, cerca de 130 milhões para a Cidade toda. É suficiente? Não. Continua sendo insuficiente, mas é uma elevação significativa. Esse recurso foi parcialmente alocado nas subprefeituras e majoritariamente alocado na Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, mas nada impeça que isso seja descentralizado para as subprefeituras já na proposta orçamentária, ou ao longo do ano da execução orçamentária. O fato é que a execução desse serviço ou dessas obras será realizada no território das subprefeituras, chamo atenção para isso.

O segundo é um plano de investimentos para as subprefeituras, sobre o qual a gente já conversou neste ano.

A gente destinou com recursos; em parte, do Fundo de Desenvolvimento Urbano e, em parte, com recursos próprios do Tesouro especificamente desvinculados do Tesouro

Municipal; cerca de cem milhões de reais para um plano de investimentos das Subprefeituras. Esse Orçamento foi inclusive acrescentado ao longo do ano, pois ele não constava da proposta orçamentária aprovada do ano passado para este. Remanejando o Orçamento de outras áreas, foi destinado esse recurso para obras nas Subprefeituras.

Está previsto para o próximo ano um valor semelhante, em parte já está alocado nas Subprefeituras e, em parte, na Secretaria de Coordenação, mas também será executado nas Subprefeituras. Se o restante desse valor será alocado nas Subprefeituras, também é algo que a Câmara pode parcial ou integralmente optar por fazer esse movimento.

Estamos falando de cerca de 230 milhões de reais, falando especificamente das Subprefeituras para essas pequenas obras – pequenas em relação a uma obra como a abertura de uma nova avenida -, mas para o dia a dia das Subprefeituras elas são muito significativas. Então, estamos falando de cerca de 230 milhões de reais para esse tipo de intervenção como recapeamento, pavimentação, reformas de praças, pequenas intervenções no sistema viário ou de drenagem que têm foco nas Subprefeituras. Provavelmente haverá deliberação de recursos para as Subprefeituras por meio da própria Câmara ou eventualmente por intermédio de remanejamento ao longo de 2014.

Em relação às Subprefeituras, destacaria esses dois elementos, além de um conjunto de investimentos que estão previstos não por meio das Subprefeituras, mas, por exemplo, por meio da Secretaria da Habitação, da Secretaria de Infraestrutura Urbana e as intervenções de drenagem do sistema viário por meio da Secretaria de Transporte, em que há um esforço muito grande do Governo, expressa na proposta do Executivo, de levar a questão da mobilidade urbana, da habitação e da drenagem a um novo patamar de intervenção na cidade de São Paulo.

Isso é suficiente? Isso cobre todas as demandas? Não, mas é um patamar significativamente superior ao que a gente vinha alocando no Orçamento para a construção de corredores, intervenções, por exemplo, no sistema de semáforos – em que a gente alocou

parcialmente recursos este ano e há bastantes recursos previstos para o próximo ano para toda a Cidade -, intervenções de construção de unidades habitacionais, de regularização fundiária e de urbanização.

É importante destacar que os recursos para a construção propriamente das unidades habitacionais não entra no Orçamento da Prefeitura, porque é feito por meio do programa Minha Casa, Minha Vida que não passa por dentro do Orçamento da Prefeitura. Ele é um recurso que vem do Governo Federal, via Caixa Econômica Federal e a Prefeitura entra com a provisão de terrenos e, eventualmente, com subsídio adicional aos beneficiários de mais baixa renda para viabilizar o acesso a esse programa habitacional. Mas o programa conta com recursos, na verdade, até superiores aos previstos no Orçamento, porque são recursos do Governo Federal que são alocados via Caixa Econômica Federal para construção através do Minha Casa, Minha Vida.

Com relação à questão da Saúde, é importante destacar também que há uma elevação muito grande do orçamento para a Saúde do ano de 2014 em relação a 2013. Estamos prevendo um aumento de cerca de 70% na transferência de recursos federais para a Saúde, de 2014, em relação à previsão inicial, em 2013. Isso em relação ao efetivo, não ao que estava no orçamento de 2013, mas em relação ao que vai realmente ser realizado.

Do ponto de vista do orçamento com recursos municipais, estamos mantendo a participação da Saúde no orçamento municipal. A Saúde tem gasto, nos últimos 5 anos – 4 ou 5 anos – por volta de 18% dos recursos próprios do Tesouro Municipal. Esses 18% são destinados para a Saúde, embora o mínimo constitucional seja 15, a Prefeitura tem gasto já, há 4 ou 5 anos, por volta de 18% de recursos, na média de 18%. Estamos mantendo essa proporção, além do aumento de recursos federais.

Então acredito que seja na área dos investimentos, tais como a construção de novas UBSs, dos 3 hospitais que, enfim, já vêm aí aparecendo no Orçamento há vários anos, mas que não se iniciaram efetivamente. Devo dizer que 2 deles já estão com terrenos

desapropriados e vão iniciar as obras em 2014.

Continuando, construção de UBSs, construção de CAPES especializadas, inclusive na área odontológica – não me lembro se tem alguma prevista para a região aqui, mas há algumas previstas para a Cidade – portanto, há esse esforço e, no Orçamento, isso aparece com bastante evidência.

É um esforço de sustentar, na área da Saúde, a participação do Município e aumentar bastante a transferência federal, pois São Paulo recebe, no plano da Saúde, muito menos por pessoa per capita do que a média das capitais. Na verdade, ela é uma das capitais que menos recebe transferência de recursos federais para a Saúde.

A média de São Paulo, nos últimos anos, tem ficado em 60% do que a média das capitais recebem do Governo Federal para custeio e investimento na Saúde. É, então, um esforço que estamos realizando de adaptar, transformar os nossos programas de saúde em programas compatíveis com aqueles financiados pelo Ministério da Saúde, para viabilizar esse aumento de transferência federal. São minhas considerações, não quero me alongar mais. Obrigado.

O SR. _____ - Obrigado. Só uma dúvida que tenho. Temos assistido que a lei de renegociação – o processo de renegociação para o Senado – teve, a princípio do Governo, em não aprovar o que poderia dar um aumento, vamos dizer, de investimento na nossa cidade, ou seja, aumentaria nossa capacidade de endividamento.

Que reflexos teria, que terá, com relação à não aprovação desse projeto? Da renegociação da dívida da nossa cidade?

Sabemos que em 2030 entraremos em colapso. Vamos falir como outras cidades, especialmente – e cito como exemplo – Nova Iorque que entrou em colapso total e houve uma necessidade de se fazer uma reengenharia. E estamos chegando a esse ponto. Gostaria de ouvir de você um comentário a respeito. O que vai reduzir com relação a essa questão?

O SR. _____ - Só para situar rapidamente, não sei se todo mundo

conhece um pouco como foi essa construção, primeiro a construção da dívida, que é oriunda de operações realizadas pela Prefeitura nos anos 90 e focou conhecido na época como o escândalo dos precatórios em que foram emitidos títulos públicos para pagamento de precatórios e esses títulos não foram usados para pagar precatórios, foram usados para fazer outras coisa, como grandes obras viárias e isso gerou uma situação que a Prefeitura possui uma enorme dívida em precatórios porque não pagou aqueles que deveriam ter sido pagos e ao mesmo tempo gerou outra enorme dívida, que também não tinha condições de pagar.

Isso ao longo dos anos 90 foi se agravando, no ano de 2000, foi assinado um acordo de refinanciamento dessa dívida com o Governo Federal, que assumiu a dívida do município, ficou com a dívida para ele, o Governo Federal deve para os credores, e o município deve para o governo federal. O problema que o contrato de refinanciamento de dívida foi feito com critérios de reajuste, tanto o índice de preços associado à atualização monetária, quanto a uma taxa de juros completamente extorsiva porque é um contrato de 30 anos que é vinculado à inflação, a um dos índices de inflação e mais 9% de juros reais ao ano, por 30 anos. É como se você fizesse um financiamento habitacional não pagando 8% ao ano em juros em termos nominais, mas pagando como se fosse juros de 16% ao ano, o dobre de uma coisa razoável.

Isso gerou uma dívida enorme que pagamos e, tudo que entra de recurso próprio da Prefeitura, 13% tem de ser destinado para o pagamento dessa dívida. Esses quase 4 bilhões que a Prefeitura paga por ano não são suficientes para amortizar a dívida, então, você paga 4 bilhões todo o ano e a dívida continua crescendo. O que vai acontecer quando encerrar o prazo de pagamento? Não terá sido paga toda a dívida e terá um enorme resíduo e a Prefeitura não terá como pagar. O que houve foi uma posição do Prefeito, com outros prefeitos e governadores, de propor à União uma mudança nos critérios de reajustes, indexação e taxas de juros do contrato da dívida porque é muito maior hoje a taxa de juros que pagamos para o governo federal do que a União paga para os seus credores. O Governo Federal está tendo lucro com o nosso contrato de refinanciamento.

Houve a princípio um posicionamento favorável do Governo Federal nesse sentido e propusemos que isso fosse retroativo desde o início do contrato e que isso tivesse um impacto e diminuísse a parcela que pagamos anualmente.

O projeto de lei que está na pauta e que seria votado no final do ano incluía a retroatividade, mas não incluía a diminuição da parcela. Então, se o projeto de lei que está no Congresso for aprovado, vamos ter uma redução no estoque da dívida de cerca de 20 bilhões de reais, mas só no final do contrato. Nós não vamos ter diminuição da parcela anual que a gente paga.

O que pode acontecer, dependendo do indexador que for usado – a Selic ou IPCA mais 4% - é pagarmos a dívida em menos de 30 anos, mas sempre pagando a mesma parcela, ou seja, o ganho efetivo para o Município só vai ocorrer no final do processo e não ao longo do processo.

Se esse contrato de renegociação for aprovado, apesar de continuar pagando a mesma parcela, teremos a oportunidade de contratar novas operações de crédito. Então, por exemplo, para construir um corredor exclusivo de ônibus, vamos poder pleitear um financiamento no BNDES em vez de ter de desembolsar recursos próprios do Município. Se quisermos fazer uma intervenção na área de drenagem ou construir piscinões, canalizar córregos, poderemos pleitear financiamento junto ao BNDES ou outras instituições financeiras, inclusive internacionais. Isso aumentaria a capacidade de investimento via operações de crédito.

Claro que isso aumentaria a dívida do Município, mas também em um contrato de longo prazo e que teria um período inicial de carência. Hoje, provavelmente com taxa de juros muito menores do que aquelas que incidem sobre a dívida que pagamos hoje. Provavelmente, o que ganharíamos no curto prazo é a possibilidade de contratar operações de crédito. Isso também em certa regulação. As operações de crédito têm de ser aprovadas pelo Senado Federal, o limite de crédito tem de ser aprovado pelo Senado, pelo Governo Federal.

Hoje, as regras de endividamento público são muito mais contraladas e muito menos permissivas do que eram na época que essa dívida foi contratada.

(NÃO IDENTIFICADO) - Quero fazer uma pergunta em relação aos recursos do PAC. Observamos na apresentação que o Córrego da Paciência e o Córrego do Tremembé são recursos do PAC de cerca de 430 milhões, mas eles estão no orçamento.

Como é que funciona nesse caso? Ou seja, é fundo perdido da União, o dinheiro vai para saneamento, mas entra no orçamento e a União complementa o saneamento? Como funciona essa transferência?

R – Hoje, o que a gente pode receber são recursos de transferência voluntária. Eu não vou chamar de fundo perdido porque acho que parece que vamos perder o recurso. Não reembolsável, sem ter de devolver. Normalmente é chamado a fundo perdido para quem dá, para quem recebe é muito valioso.

O que acontece é o seguinte: a gente faz um convênio com o Governo Federal para realizar essas obras. Tem um contrato de repasse. Isso é feito via Caixa Econômica Federal.

A gente contrata a obra, o recurso federal vai entrando à medida que a obra vai sendo executada. Então, entra uma parcela, a gente executa. Na medida em que essa execução avançou naquela primeira parcela, entra uma segunda parcela. Em geral, há uma contrapartida financeira do Município, aí depende do tipo de convênio, da regulação daquele setor. Mas, em geral, não é uma contrapartida muito grande: alguns são 30% e alguns são até menos, mas tem uma contrapartida que não entra como contrapartida, mas que, na verdade, é o principal gasto do Município com algumas dessas obras e que são as desapropriações, porque o Governo Federal não paga desapropriações.

Então, se o Município tiver que fazer desapropriação, ele tem que pagar com recursos próprios e tem que ser recursos livres do Tesouro. E tem outro agravante: a desapropriação antecede à obra. Mas, o desembolso do Governo Federal é baseado nesse contrato e, a partir da segunda parcela, você vai prestando contas, sempre de uma anterior.

Em geral, não estamos tendo problema com a liberação de recurso, desde que as outras questões estejam resolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

Convido a Sra. Zeni Rose Toloy, Supervisora Técnica de Saúde Casa Verde/Cachoeirinha, para as suas considerações.

A SRA. ZENI ROSE TOLOY – Bom dia a todos e a todas.

Sou Supervisora de Saúde da região da Casa Verde/Cachoeirinha/Limão.

Quero deixar registrada a nossa satisfação por estarmos conseguindo alguns equipamentos de saúde, como um Centro de Especialização em Reabilitação Física e mental, que é em uma região muito carente que, realmente, não tinha nenhum tipo de equipamento.

Quero falar também um pouquinho da nossa região, que é extremamente necessitada: a região do Peri Alto.

Como vimos aqui, infelizmente não foi muito contemplada, apenas com o planejamento de uma UPA, mas é uma região, contada casa a casa, de mais de 140 mil habitantes, e infelizmente temos três unidades de saúde.

E o que nós impede de construir mais, de ampliar o serviço de saúde na região, é o espaço físico. A nossa população cresceu de uma forma muito desordenada. Temos várias áreas de invasão, e não temos como implantar serviços de saúde na região. É uma reivindicação muito antiga dos nossos moradores, do movimento de bairro, de associações, mas encontramos esse tipo de dificuldade.

Quando foi dito aqui que a desapropriação fica por conta do município aí a coisa fica mais preocupante, porque embora tenhamos verba federal, a verba do PAC, nós não conseguimos essas desapropriações. E a política de construção de habitação, pelo o que eu pude observar, em torno de mil unidades na região, é bastante insuficiente, dado o que temos, principalmente na região do Peri Alto, na região do Córrego do Bispo. Então precisamos continuar trabalhando, procurando todo o apoio das subprefeituras, da Câmara Municipal e da própria Saúde, representada pelo nosso Secretário e toda a sua equipe de atenção básica.

Obrigada. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – A sua preocupação nós pretendemos

levar ao Relator, o Vereador Paulo Fiorilo, bem como aos membros da Comissão.

O primeiro e único inscrito é o Sr. Aparecido Viana Rodrigues, da Associação Mount Blue 3000.

O SR. APARECIDO VIANA RODRIGUES – Antes de mais nada, bom dia ao Sr. Nomura, ao Subprefeito, aos componentes da Mesa e aos presentes.

Eu sou o Aparecido Viana Rodrigues, da Associação Mount Blue 300, do Jardim Hebrom, próximo ao Jaçanã.

Tenho uma observação e reivindicação: o Subprefeito não me passou uma procuração para falar dele, mas eu tenho que apoiá-lo. E desde que tenho visto, desde que tenho ouvido e estado nas reuniões em que os subprefeitos têm se apresentado, têm se colocado, eu vejo a grande vontade que ele tem de ver a região se desenvolver.

No entanto, estou dentro do Jardim Hebrom há pouco mais de 23 anos, e, durante esse período, vejo que vieram cinco equipamentos para essa região periférica, que é extremamente carente e totalmente necessitada de mais aparelhos. Vieram uma escola; uma creche; um CEU, que foi um grande ganho para a população local, e é um bom aparelho para a região. Porém, além da habitação, que tem um déficit muito grande, é extremamente necessária a implantação de aparelhos esportivos.

Nós, como associação, temos uma demanda há 23 anos para um aparelho no Jardim Hebrom. Como Presidente da Associação lido com a periferia e com o trabalho de esporte. Por exemplo, vou começar terça-feira em Guarulhos porque os aparelhos existentes na região não comportam, não absorvem toda a demanda para que possamos cuidar da garotada que está dentro deste perímetro. Não é que sejam deficientes, mas não comportam porque a demanda é grande e o CEU tem a sua característica educacional, no entanto, não pode ter aquela atividade pesada, acelerada dentro do esporte. E nós temos essa demanda.

Quero apoiar a palavra do Subprefeito sobre o sistema que há ao redor do CEU, que é esse trabalho que realizaram há pouco tempo e que precisa ser desafogado, ampliado ao redor do CEU Jaçanã. Há necessidade de um acesso que viabilize o transporte entre o Centro, Jaçanã e o Aeroporto de Guarulhos.

Esse sistema de transporte, esse reparo que tem de ser feito é urgente para a região. De manhã, apesar de ser um bairro, é afogado e causa um grande transtorno para toda a população que trabalha e sai cedo, 4h30, 5h e 6h. No horário das 6h30 às 7h e das 9h30 às 10h é complicado. É urgente esse reparo nesse contorno que fizeram agora, em torno do CEU

Jaçanã.

Para encerrar, o acesso Tucuruvi, Jaçanã, Aeroporto de Cumbica, esse sistema de transporte, essas vias e esse meio que o Subprefeito está propondo, acho que tem de acontecer de uma forma mais rápida. E que de fato esses aparelhos venham a ser executados.

Obrigado pela atenção. Represento a Associação, o Cades Jaçanã – Tremembé e reivindicamos essa atenção para nossa região. É muito lento o investimento dentro dela. Represento 360 famílias que não estão aqui hoje, temos um déficit de público, algumas vezes porque as pessoas ouvem, mas desacreditam, não sabem se as coisas vão acontecer ou não, mas o que vai acontecer eu levo para a minha população, para as pessoas que frequentam a Associação e vou levar também para eles o que está acontecendo hoje. Quem sabe numa próxima oportunidade o Subprefeito esteja presente na Associação numa reunião como esta que é muito importante para todas as regiões de São Paulo.

Muito obrigado pela atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Consulto a assessoria se pode responder ao Sr. Aparecido a questão desses aparelhos esportivos, se há previsão orçamentária para o ano que vem ou se consta dentro do plano plurianual. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – A Assessoria está fazendo um levantamento, porque a matéria é um pouco complexa quando a gente coloca na peça orçamentária. Se não conseguirmos responder ao senhor hoje, podemos enviar depois um detalhamento a respeito, mas essa preocupação também será levada para a Comissão.

Tem a palavra o Sr. Nelson Adelino Pereira.

O SR. NELSON ADELINO PEREIRA – Bom dia a todos. Sou servidor público municipal da Subprefeitura Jaçanã/ Tremembé e moro na área da Vila Maria/ Vila Guilherme.

Os recursos do orçamento não contemplam a área em km². Teoricamente, o orçamento da Subprefeitura da Vila Maria teria de ser o dobro do orçamento da Casa Verde, porque a região é muito carente, com muitas ruas esburacadas. Peço aos Srs. Vereadores que olhem para essas Subprefeituras, enviando emendas ou suplementando a área de sistemas de drenagem e viário, áreas verdes, para dar uma minimizada nessa falta de recursos para pavimentação de ruas, guias e sarjetas, implantação de galerias, porque parte dessa

manutenção é feita pela Subprefeitura.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Sr. Nelson. Levaremos essas considerações para a Comissão.

Tem a palavra o Sr. Rosalino Ferreira dos Santos, da Paróquia Nossa Senhora do Carmo.

O SR. ROSALINO FERREIRA DOS SANTOS – Bom dia a todos. Participo da Comunidade Paróquia Nossa Senhora do Carmo e também da Associação Moradores da Zona Norte.

Agradeço a Mesa, ao Sr. Edson, pela observação que fez da nossa região. E uma das minhas preocupações é justamente essa. O nosso cantinho do Jaçanã/ Tremembé é recuado. Se observarmos da Av. Maria Amália Lopes de Azevedo até o Jardim das Pedras ou até a Fernão Dias, é uma área recuada, vizinha de algumas Subprefeituras, que não sei como se distribuem as áreas de abrangências. Temos a Subprefeitura Santana/ Tucuruvi, Casa Verde, Vila Maria, que são vizinhas, e o nosso cantinho fica recuado, somente com a Subprefeitura Jaçanã/ Tremembé. E a gente percebe que, quando se fala em obras, em benfeitoria, falam só de Tremembé, córrego Paciência, as UBSs.

Então, fico preocupado com essa distribuição do orçamento, porque o nosso pedaço precisa ser levado em consideração, porque essa população fica recuada, fora da Subprefeitura, por isso a nossa preocupação de como será esse atendimento principalmente na área onde há problemas de enchentes, de saúde, de creches, etc.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o Sr. Subprefeito.

O SR. SUBPREFEITO (?)– A preocupação do Sr. Rosalino é pertinente, obrigado. E, com relação aos investimentos na área de drenagem, essa região do Tremembé tem a bacia do córrego do Tremembé, que atende todos os córregos da região, inclusive o Piqueri. Então,

para as obras do córrego do Tremembé, o orçamento é cerca de R\$ 164(?), se não me engano, e essa obra contará com cerca de seis reservatórios, os piscinões, ou piscinas.

A lógica dessa obra é de reter a água das enchentes morro acima. Então, no pico da chuva, essa água será retida no piscinão; com isso, a gente evita a presença da água instantaneamente nas baixadas, evitando grandes enchentes. A vantagem dessa técnica é que não é necessário desapropriar grandes extensões e muitas famílias, eventualmente uma família que esteja localizada próximo a uma ponte, ou a um córrego. Então, essa região será atendida com essa obra do córrego Tremembé. Mas é uma região que precisa de mais investimentos em infraestrutura, o senhor tem razão.

A Avenida Fevefredo Fagundes, que também não é só uma avenida, é uma estrada, precisa de investimentos pesados. Ela tem 3 quilômetros sem guias, sarjetas. É uma via construída só com 10 metros de largura, então, precisamos aumentar a capacidade, a largura dessa via. Estamos começando a construir pontos de ônibus, melhorando a condição dos pontos de ônibus, num primeiro momento, no sentido bairro-centro, depois, vamos melhorar no sentido oposto. Precisamos recapear uma via que tem mais de 17 quilômetros; precisamos recapear boa parte dela e construir, pelo menos, 3 quilômetros de guia e sarjeta. A Subprefeitura está preocupada com isso. Temos solicitado recursos sempre. Como o Fábio já relatou, vamos ter recursos para a pavimentação no exercício do ano que vem, o Secretário das Subprefeituras Chico Macena já descentralizou parte desse recurso para a nossa Subprefeitura. Teremos 1,4 milhões de reais para pavimentação e fresagem. Serão pavimentados e fresados os trechos piores da Fevefredo e construir guias e sarjetas. Essa é a nossa perspectiva para o ano que vem.

Além disso, pretendemos fazer investimentos na área de saúde em duas UBSs previstas. Temos, também, a perspectiva de construir uma UPA. Estamos conversando com a Secretaria da Saúde para construí-la em Furnas. Temos uma edificação em Furnas, um edifício que está subutilizado. Podemos manter a utilização de hoje, mas podemos acrescentar uma unidade de pronto-atendimento, o que temos discutido com o Secretário da Saúde também.

De certa forma, estamos atendendo, mas a parte de zeladoria, há alguns muros de arrimo, algumas áreas de risco nessa região que estamos tentando concluir. A nossa dificuldade nesse exercício foi na área de projetos, porque não tínhamos recursos. Não tivemos nesse exercício recursos para projetos.

Pelo IPT, temos oito área de risco 4, não conseguimos fazer intervenções

nessas áreas de risco porque não conseguimos recursos para fazer sondagens, topografia e projetos. Isso é estratégico. É uma herança que veio do orçamento do exercício anterior. Realmente, assumindo a nossa falha com a população, essa foi principal ausência do Poder Público da nossa Subprefeitura. Temos que corrigir isso de forma urgente, porque as chuvas vêm aí. O Prefeito apresentou o Plano Verão das chuvas, que vai começar a ser implementado agora, nesse período de chuvas, e que pretende minimizar essas áreas de risco nessa região citada há pouco.

Estamos tentando corrigir algumas distorções e tentando concluir a infraestrutura onde é mais necessário.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Gostaria de convidar a Sra. Eva Ermi, da Associação Amigos do Tremembé e da Rede Social Zona Norte.

Registro a presença da Sra. Eliana Pereira, Diretora Regional de Educação Freguesia Tremembé, e da Sr. Rosilei Duarte, Diretor Regional de Educação do Jaçanã Tremembé.

A SRA. EVA ERMI – Bom dia a todos os presentes.

Tenho três preocupações – claro que são muito mais – de que me lembro agora. Primeiro, Edson, essas compensações, a Câmara Municipal tinha que falar sobre a questão do Rodoanel, o que poderia servir para melhorar a nossa região. Normalmente, eles fazem compensação longe, no entanto, temos uma região rica em verde que não é muito respeitada. Não são muito demarcadas essas áreas. O pobre é expulso para outro canto, e o pobre toma posse do que ninguém sabe que tem dono. Estou falando na linguagem que vivo no dia a dia. Não vou usar meias palavras. Vou falar da minha realidade. Os pobres são enfiados num buraco onde não cabe ninguém ou embaixo das pontes e os ricos pegam aquela área, constroem suas mansões, moram, têm dinheiro, pagam advogados e ninguém pega. É a realidade do Tremembé.

Outra realidade, Edson, que quero deixar registrado aqui: é que vão fazer parque no aterro da Vila Albertina, e a Sônia mora lá perto, onde tem uma favela, uma comunidade. E aí? São 150 famílias. Sei que eles não estão muito preocupados e não acreditam quando digo que vão fazer parque. Eles vão na Subprefeitura, que diz: “não vai ter parque”. Eu sei que vai ter parque e que, na hora que isso acontecer, a Sônia vai ficar sem casa para morar. É uma história assim: a gente fala uma realidade, e a Prefeitura fala outra realidade. Temos que começar a dizer para o povo: “Vai ter, sim, mas vamos pensar num plano de moradia para vocês, para que vocês fiquem bem colocados, que não precisem parar lá no centro”. A Sônia é

catadora. O que eles fazem quando são expulsos de suas casas e não têm onde morar? Vão catar no centro da cidade e morar embaixo do viaduto. Essa é uma preocupação.

Outra coisa que acontece muito forte, o que já está relacionado com o trabalho que desenvolvemos na zona Norte há 13 anos, é um assunto que me deixa bastante agoniada quando eu falo. Foram 13 anos de lutas, levando paulada pelos grandes e ricos da zona Norte, os donos do lixo, que ficam na divisa de Guarulhos e São Paulo e mandam na cidade – a gente sabe disso, desde que o mundo é mundo, quem manda é o dinheiro, e eles têm esse dinheiro – nós, catadores, somos muito empurrados graças a muita gente que faz coisas bonitas na zona Norte e lutou com a gente. Temos, na nossa região beirando Guarulhos, uma cooperativa. Lá, no lado de Perus, outra cooperativa. Olhem o tamanho da zona Norte. No meio, não tem cooperativa. Não existe trabalho para a gente fazer. Foram seis anos de mil moradias, trabalhando, batendo de porta em porta. Quando vocês ouvem a televisão: “o povo precisa ser educado”. Quem precisa ser educado é o Governo, o povo, não. Eu que represento o Tremembé. Claro que não represento todos vocês, porque não tenho a perna tão grande assim, não sou tão poderosa assim, represento apenas uma parcela pequena. Dentro de 400 moradias que coletamos no Tremembé, o pessoal é maravilhoso, bem educado, que, hoje, leva uma tonelada na porta da minha casa. Que conhece toda a nossa dificuldade.

Então, vejam bem, o povo está educado sim. O povo quer fazer, mas não tem onde colocar, não tem onde levar. Vou à casa do Sr. Radamés ou da Sonia e busco uma Kombi cheia. Ela tem essa consciência e tem espaço para guardar na sua garagem esse material. Mas, a maioria não tem e tem gente que não faz diferenciação do que é lixo e do que são resíduos sólidos recicláveis. A pessoa normalmente pensa que tudo o que perde, joga fora é lixo. Pessoas estudadas, que têm faculdade, chamam de o lixo da Eva, o Lixão da Eva. A Eva é lixeira. Eles não sabem que eu mexo só com resíduo sólido, coisas limpas, separadas na fonte.

Então, quer dizer, estamos numa região que não é de gente tão humilde assim, gente bastante estudada. Essas prefeituras, não só o Edison, que tem uma característica de engenheiro um pouco humanizada, porque o arquiteto é mais humano do que o próprio engenheiro – não estou falando mal dos engenheiros, só estou dizendo que são muito

racionais.

Todas as subprefeituras da ponta de lá até aqui têm que pensar, é um caso sério essa questão da coleta seletiva. Nós somos catadores, mas não posso, não tenho idade nem mais saúde para enganar ninguém e dizer assim: “Olha, vamos lá formar uma cooperativa?” Já formamos uma vez e não aconteceu nada. Ficou engavetado três anos em Limpurb o documento e eles faziam a gente de palhaço. Hoje tem isso, amanhã você precisa disso, amanhã você precisa disso, amanhã você precisa disso... E com colaboração de gente boa, gente maravilhosa e o pessoal do Tremembé achar que você está pensando em outras coisas ou só no seu interesse.

Estou nessa luta, Edison, porque sou apaixonada por essa área. Tenho muita gratidão por pessoas humildes e simples. Então, sou uma pessoa assim, consagrei a minha vida, sou missionária e não vim aqui também para falar de vocês e da minha vida. Isso não interessa, mas consagrei a minha vida pensando em contribuir, porque sei que essas pessoas têm condições de fazer coisas grandes. Vivi isso dentro do projeto; vivi isso com igrejas, com pessoas estudadas e mais humildes e os únicos que fizeram algumas coisas foram moradores de rua, inclusive ajudou a fundar a Sem Fronteiras.

Gostaria que esse Governo, que eu acredito, não sou petista, não sou, não precisam do meu apoio porque são grandes o suficiente para fazer coisas boas e pensam também nos humildes, quero acreditar que esse Governo vai sempre, sempre, sempre defender os mais humildes. Quero sempre acreditar que posso continuar abraçando essa causa e saber que podemos contar com um Governo que pensa, que tem que fazer várias negociações, porque ninguém permanece no poder se não negociar com os interesses também opostos.

Mas, nós, catadores, no mês de janeiro, estaremos tomando um café com a Presidenta Dilma lá no Anhembi. Então, é isso aí, gente. Zona Norte se humanizando, tirando o seu certificado do bolso, colocando em cima da mesa e usando os seus estudos para ajudar o

nosso povo humilde, os catadores, principalmente, a chegarem onde precisam.

Obrigada, é um desabafo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Antes de passar ao Subprefeito, gostaria de comunicar que encerraremos as inscrições. Peço também que sejam mais sucintos para que todos possam falar nesta audiência pública.

Tem a palavra o Sr. Subprefeito.

O SR. EDISON VIANNA – Eva, obrigado pelo voto de confiança. A gente pode não conseguir resolver todos os problemas que precisamos, mas vamos nos esforçar.

Com relação ao Orçamento disso que você colocou, está previsto no Orçamento uma central de triagem industrializada na Vila Maria.

Não me lembro do valor ao certo, mas está no Orçamento da Vila Maria e Vila Guilherme. Enquanto a gente localiza aqui, vou fazer um comentário rápido. A nossa dificuldade para cooperativa é o terreno, não temos a localização. Temos que pensar numa cooperativa que não dependa tanto do terreno. É a mesma dificuldade que a gente tem para fazer os ecopontos e algumas unidades de educação e de saúde no bairro. Temos uma deficiência de terrenos públicos para poder realizar algumas ações e essa é a maior dificuldade.

Está prevista uma central de triagem automatizada no distrito da Vila Maria. Como a capacidade dela é bem grande acho que podemos pensar na cooperativa de Jaçanã/Tremembé com participação dentro desse projeto. Podemos conversar com Silvano Silvério, presidente da Amlurb e com o Secretário Simão Pedro para podermos participar desse projeto de reciclagem.

Além disso, o nosso bairro é muito heterogêneo. A gente tem um Tremembé rico e um pobre também. Existe um Tremembé mais afastado, mais periférico, com menos recursos e um que é mais de classe média. Então, ele é diferente. O nosso bairro é heterogêneo dessa forma. Esse esforço seu é muito louvável, mas a gente tem que viabilizar isso sem os recursos

que precisamos, por exemplo, tentar implantar a coleta seletiva ou essa retirada de materiais recicláveis com o mínimo de terreno possível pensando numa logística mais adequada. Isso em quintas ambientais e todos estão convidados. Toda quinta-feira essas questões são discutidas na subprefeitura por uma reunião que chamamos de quintas ambientais. Pensamos formas de incluir a coleta seletiva como uma cultura, um processo educativo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. José Erivaldo dos Santos.

O SR. JOSÉ ERIVALDO DO SANTOS – Bom dia senhoras e senhores. Bom dia à Comissão.

O que eu tenho a falar é uma coisa que já tinha pensado. Como o Edison mencionou, lembrei de um assunto e vou fazer uma ressalva sobre o piscinão. Aquela área da Rua Ushikichi Kamiya, especificamente em frente às furnas da subestação de energia, na Vila Zilda, quando chove bastante ninguém consegue passar de automóvel. Até os ônibus têm que parar e esperar quando está chovendo bastante, porque não tem como passar. Lá ocorre um alagamento imenso, alaga tudo. E ali próximo mesmo tem uma área debaixo da torre de subestação de furnas, onde tem um estacionamento de ônibus. Existe um terreno baldio que dá para fazer um pequeno piscinão para receber a água que vem lá do Recanto Verde, do Jardim Corisco e para receber as águas que vêm do Córrego que passa no Joana D'Arc. Inclusive já começou a canalização, mas parou.

Há um processo também no meio ambiente que queria ressaltar, o que a moça falou ainda há pouco. Na área em que eu moro tem cerca de 110 famílias e a gente foi notificado pelo meio ambiente, está em processo, o meio ambiente quer retirar a gente de lá, Jardim Joana D'Arc, inclusive a gente já entrou com mandado de segurança e o Meio Ambiente recorreu de novo. A intenção do Meio Ambiente é nos tirar de lá, que é um lugar maravilhoso. Acredito que o Edison conheça aquela área. Não posso afirmar, mas acho que ele conhece. É uma área boa. Não estou falando demais.

Acredito que a Subprefeitura tenha tantos problemas com habitação e numa área que não é ruim, dá para fazer alguma obra para não ter de mexer com a população. Acredito que se a Prefeitura quiser, juntamente com o Meio Ambiente, vai encontrar uma solução para aquele lugar sem precisar remover ninguém.

Se estiver falando demais, pode pedir para fazerem alguma pesquisa, pode passar naquela região para verificar se lá é ou não um bom lugar. Não é um lugar ruim. Por que o Meio Ambiente quer nos tirar de lá? Para fazer um parque linear? Acredito que seja inviável. Remover as pessoas, gastar um dinheiro imenso para fazer um parque linear e indenizar aquelas famílias com um valor que... Isso é duro para a gente. A gente não para de pensar nesse problema. Mas, infelizmente está acontecendo isso.

Era isso. O Edison falou em fazer um piscinão e, realmente, se fizerem isso eu acredito que resolve o problema. Acaba com a enchente da Rua Ushikichi Kamiya e, com o tempo, aquela água que vem do Corisco, do Recanto Verde, do Joana D'Arc vai escoando sem causar enchente e fica maravilhoso. Fica bom para todo mundo.

Era isso que queria falar. Não tenho muito que falar. Só isso mesmo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Não sei se o Subprefeito gostaria de tecer algum comentário. Antes disso, gostaria de comunicar, apesar das inscrições estarem encerradas, que se você quiser fazer qualquer indagação ou sugestão com relação ao Orçamento e ao Plano Plurianual, por gentileza, entre na página da Câmara Municipal de São Paulo e procure no endereço <https://www.2.camara.sp.gov.br/audienciaorçamento/>. Não precisa anotar porque tenho cópia do endereço para fornecer. Até segunda-feira acho que existe a possibilidade de vocês entrarem com as solicitações.

Passo a palavra ao Subprefeito e, depois, para a Sra. Eva Alexandrina, Assessora do Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. EDISON DE OLIVEIRA VIANNA JUNIOR – Obrigado, Vereador. Erivaldo,

obrigado pela sugestão. Registrei-a aqui e vou verificar o que está acontecendo no Joana D'Arc. A Sehab me informou de que está havendo uma regularização de um Joana D'Arc. Não sei qual, pois existe mais de um. Preciso saber qual é. Também sei que um dos Joana D'Arc tem vários setores diferentes.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDISON DE OLIVEIRA VIANNA JUNIOR – Vou verificar junto à Sehab sobre essa remoção do Meio Ambiente e qual é a questão.

E com relação à sugestão de projeto, Erivaldo, vou encaminhar essa sua sugestão à Siurb para incluir ao projeto do Tremembé.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado. Com a palavra a Sra. Eva Alexandrina, que é Assessora do Vereador Paulo Fiorilo, o nosso Relator do projeto.

A SRA. EVA ALEXANDRINA – Bom dia a todos. Vim para falar do nosso bairro. Na verdade, estou até triste ao saber das UBSs. Edison, como vai ficar a nossa UBS? Há dez anos que vivo atrás dessa UBS, dia e noite. Falo com um, falo com outro. Moro no Jardim Cabuçu há 40 anos. Sou Presidente da Associação do bairro. Luto junto com as velhinhas, com o pessoal para cima e para baixo. As ruas são precárias, os caminhões que passam detonam tudo. O nosso bairro está terrível e faz dez anos que a gente está lutando pelo nosso posto de saúde. E não vi perspectiva nenhuma para nosso bairro, Edison.

Existiam tantas promessas, gente. Pelo amor de Deus. Nosso povo está abandonado. Outro dia até ônibus tiraram da gente e tive de correr atrás como uma doida. O Jardim Cabuçu não existe? Será que é um final de linha? Não sei. Lá vemos lixo para todo lado; a ponte é precária, passa um monte de caminhão e não reformam; as ruas estão terríveis. Não temos médicos, acesso a posto de saúde, a médico da família, a gente está sem acesso algum. A situação está triste.

Agora fiquei mais triste ainda em saber que não vai sair UBS para nós. Esta é a

primeira audiência que participo e ouvi dizer que não vai ter nenhuma UBS para a gente. Gostaria de saber como vamos caminhar com esse povo. A situação está terrível. São 40 anos, nasci, vi gente nascer, crescer, ir embora, casar, ir para a escola e tudo. Há dez anos me cobram. Será que não vou ter nunca ou vou ter de morrer para poder vir um posto de saúde para o nosso bairro? Ou pelo menos algo na área da saúde. O pessoal lá está morrendo. Não existe uma farmácia. Gente, para comprar remédio, a gente tem de ir para Guarulhos. Para entrar no nosso bairro, a gente tem de pedir licença a Guarulhos. A polícia para entrar lá, tem de passar por Guarulhos. Gente, como vamos fazer? Está ruim. É melhor a gente ir para Guarulhos, não é? A gente vai para lá e pronto.

Desculpa por estar assim, mas fiquei muito triste, Edison. Fiquei mesmo por não ter nenhuma notícia boa para levar para as minhas velhinhas. Faço um trabalho com a terceira idade e elas cobram muito um posto de saúde. Ainda falei para o Paulo, a gente está lutando, corre atrás, porque a situação está terrível. Em outras áreas até existe uma compensação, mas na área da saúde para a terceira idade, não tem nada.

Gostaria muito de saber sobre essa UBS, o que deu, se estava licitado, se havia o terreno. Será que dá para você me responder, porque senão nem vou dormir essa noite, de novo, pensando nisso. Tá bom?

Muito obrigada. Desculpe pelo desabafo. Estou um pouco emocionada.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vou passar a palavra ao Edison, mas gostaria de falar que a senhora tem a faca e o queijo, porque o Relator do Orçamento é exatamente o Vereador Paulo Fiorilo. Então, está mais fácil ligar para ele. Saindo daqui, pode cobrar isso.

Com a palavra o Subprefeito.

O SR. EDISON DE OLIVEIRA VIANNA JUNIOR – Eva, pode dormir essa noite, porque já existe terreno, projeto e perspectiva de investimento imediato para essas duas UBSs.

As UBSs do Jardim Cabuçu e Vila Nilo, pela Secretaria da Saúde, ainda estão em estudo, eles estão concluindo, mas a gente já encaminhou a demanda. Há investimentos em unidades básicas de saúde do Jardim (Ininteligível) cinco milhões e meio para cada uma, mas provavelmente vamos concluir o projeto no começo deste ano, para iniciar a obra em 2015.

Vou conversar com o Secretário e reiterar o pedido, não foi esquecido. É que não saiu no Orçamento de 2014.

Pois não.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDISON VIANNA - Cabe, cabe uma emenda também. Podemos fazer.

O único problema não é só UBS, o Jardim Cabuçu e Vila Nilo têm uma sequencia de problemas graves. O maior deles é a acessibilidade: falta farmácia, falta tudo ali, com o fechamento do semáforo da General Jerônimo Furtado, na duplicação da Fernão Dias.

Conversei quinta-feira com o Diretor Superintendente da Fernão Dias Autopista S.A., sobre o projeto de transposição do Jardim Cabuçu para Guarulhos e para São Paulo, o que faria uma ligação nova no bairro, como já conversamos várias vezes.

A grande deficiência do bairro de vocês é a acessibilidade no sistema viário. Para resolver isso é necessário que seja realizado um projeto pela Autopista Fernão Dias, para tanto vou oficiá-lo; em seguida ele vai pedir autorização para a Agência Nacional de Transportes Terrestres para realizar o projeto funcional e, finalmente, nós poderemos buscar recursos para essa transposição.

As obras do Córrego Paciência vão permitir que façamos essa nova ligação entre São Paulo e Guarulhos, isto é, parte do terreno vai ser mantido pelo projeto do Córrego da Paciência, quer dizer que vai haver uma continuidade do sistema viário que será construído no Córrego da Paciência, que está em fase final de conclusão. O projeto já está na minha mesa para eu dar uma olhada. Já pedi para a Siurb fazer uma audiência pública sobre esses dois

córregos, o da Paciência e o do Tremembé.

Temos um problema sério na questão do lixo, porque pessoas de outros municípios vão jogar lixo ali. Nós removemos, ou seja, a Inova removeu – falei isso também com o Diretor Superintendente da Autopista Fernão Dias. Nós não deveríamos, não é nossa atribuição, remover lixo da Rodovia que é jurisdição federal e concessionária da iniciativa privada. Porém, removemos em maio 34 toneladas; em junho, 36; em julho, 84 toneladas de lixo da Fernão Dias. A gente não vence, porque o tempo todo tem pessoas jogando lixo. Há casos de pessoas que vêm com sacos de lixo no banco do passageiro, para, abre a porta, joga, fecha a porta e vai embora.

A Polícia Rodoviária Federal tem que fazer uma fiscalização, a Autopista Fernão Dias tem que tomar uma providência com relação a isso, porque realmente é um inferno a questão do entulho e do lixo. Quando aumentaram a taxa de recepção do aterro sanitário com relação a entulho os caminhões começaram a jogar no nosso bairro. Não damos conta.

Além disso, a Inova tem um número reduzido de caminhões, a gente está pressionando para aumentarem a quantidade de equipamentos e pessoal disponível aqui.

Eles vão aumentar.

Com relação ao lixo também existe o hábito das pessoas acharem que estão fazendo um programa social muito grande e dão R\$ 5,00 para um rapaz que passa com um carrinho, pega um monte de entulho, mas acaba jogando à beira do rio, onde já tem muito lixo. Ali é um ponto iniciado de lixo e o sujeito está precisando de R\$ 5,00 para comprar sei lá o quê e ele acaba pensando que está jogando no local certo também.

Então temos de fazer um trabalho muito grande com essa turma também para ver se conseguimos reduzir esse problema do lixo.

No que tange aos ônibus, não sei se conseguimos manter o ônibus, eles queriam tirar o ônibus de lá. (Pausa) Está mantido até fevereiro. Acho que vocês têm de pressionar a Secretaria de Transportes, pois algumas linhas eles estão removendo.

Acho que a linha do Jardim Cabuçu não deve ser removida. São duas linhas lá.

Enfim, essa é a notícia que tenho para dar. É lógico que gostaria de já termos no Orçamento a UBS. As outras duas já estavam previstas há alguns anos, então, por isso, elas saem no Orçamento agora e não essa do Jardim Cabuçu. Estamos trabalhando para isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Encerrada as inscrições, gostaria de passar a palavra à Sra. Eliana Pereira, que é Diretora Regional de Educação da Freguesia – Brasilândia, e que também abrange a região da Casa Verde.

A SRA. ELIANA PEREIRA – Bom dia a todos, ao Subprefeito, ao Vereador, ao representante da Sempla, ao meu colega Duarte, da Educação da região de Santana, Vila Maria e Jaçanã.

A nossa Diretoria Regional de Educação abrange a região da Freguesia, Brasilândia, Casa Verde, Limão e Cachoeirinha. Falarei relativamente apenas à minha área, embora tenha vindo junto com Santana, Jaçanã e Vila Maria, e especificamente à Sub da Casa Verde, Cachoeirinha. Mencionarei então os aspectos relacionados a essa Sub Casa Verde – Cachoeirinha.

Tivemos essa mesma audiência lá na região da Freguesia, na semana passada. O que tem na área da Educação para a região no Plano de Obras: 3 CIs para construção na região 2 na Cachoeirinha e 1 na Casa Verde; uma EMEI na Cachoeirinha.

Temos ainda uma análise, mas não dentro do Plano, da situação do CEU envolvendo a EMEF Comandante Garcia D'Ávila, a EMEI Dr. Enzo Silveira e o antigo balneário – agora chamado Centro Desportivo – para um projeto que o Prefeito tem outra denominação, ou seja, não mais esses CEUs pensados atualmente para essa gestão, mas um conceito que ele chama de Território CEU. Com isso, queremos aproveitar alguns equipamentos que já existem na região e construir alguns outros e integrá-los num território. É um novo conceito de CEU. Existe essa análise de possibilidade para a Casa Verde ali onde está o Garcia D'Ávila, o balneário Casa Verde e a EMEI. Mas não está no plano de obras.

Temos, dentro da Educação, no Plano das 100 Metas, a construção de polos, a implantação de polos da Universidade Aberta do Brasil nos CEUs. O CEU Jaçanã já é um polo da Universidade Aberta, e lá na Freguesia temos o polo instalado da Universidade Aberta no CEU Jardim Paulistano.

Quero trazer, não sei se cabe aqui, a proposta de implantação de um polo da Universidade Aberta. Quero apresentar para vocês. Acho que tem de ser uma luta da população na região da Sub Casa Verde/Limão/ Cachoeirinha, porque nós temos ali um equipamento, uma EMEF que se chama Gilberto Dupas, que fica ao lado do CCJ, Centro da Juventude, e ao lado do Terminal Cachoeirinha. A Escola tem condições de abrigar um polo da Universidade Aberta. E ali é central. Eu tenho certeza de que até de Santana fica mais fácil se locomover para Cachoeirinha, bem no centro, miolo de Cachoeirinha, do que vir aqui para Jaçanã. Então, atenderia toda a região da Casa Verde/Limão/ Cachoeirinha e inclusive Santana, do lado do terminar.

É uma proposta. Venho trabalhando nisso e discutindo com a nossa Secretaria.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Eliane. Eu vou levar essa preocupação, essa solicitação à Comissão, mas peço também que você faça o encaminhamento através do portal da Câmara Municipal, naquele endereço que já foi mencionado. Acho que a Assessoria pode mandar.

Para finalizar, gostaria de chamar o Duarte, Diretor Regional de Educação Jaçanã/Tremembé, que também abrange as regiões de Santana, Tucuruvi, Vila Maria e Vila Guilherme.

O SR. DUARTE – Bom dia a todos. Agradeço as palavras da Eliane; a todos os presentes, como Sônia, Radamés, Ramos, ao Vereador Aurélio Nomura, ao Fábio Pereira, da é, ao Edson, da DRE. Tentei falar com você esses dias, mas acho que andamos trabalhando muito. Por exemplo, conseguimos fechar, por esses dias, mais um convênio com 129 crianças

na Associação Moradores do Jardim Filhos da Terra. Já havia um com o Cássio da Costa Vidigal, com 89. Então, graças a Deus.

Naquela audiência que tivemos no Guapira, tínhamos a meta de 1.200 vagas, e graças a Deus a alcançamos. Criamos cerca de 1.400 vagas na educação infantil. Fiquei muito feliz. Foram mais de 17 aditamentos. Estou muito feliz com este primeiro ano de Governo. Foi uma experiência fantástica, porque acredito nessa questão. Eu administro três Sub – Santana/Tucuruvi/Vila Maria - Vila Guilherme, mas aqui não é o grande problema; aqui é a grande solução, porque quando esses 14 equipamentos que estão previstos, 11 CEIs para a nossa região, uma EMEF e duas EMEIs, sendo que dos 14 equipamentos 13 são no Tremembé, só um CEI é no Jaçanã, os números que temos hoje, cerca de 10 mil crianças fora da Educação Infantil, talvez um pouco menos com essas mil e poucas vagas, mas agora cerca de seis mil crianças vão para a Educação Infantil. Então desses 10 mil vamos abaixar para 4.652.

Faço questão de explicar isso para todos entenderem porque 14 equipamentos geram demanda, porque funciona assim: de janeiro a maio a demanda cai e depois sobe. Nessa virada de ano quando o jornal *Agora* fala em 156 mil, não é bem essa a realidade porque vamos ter cerca 80 mil crianças que vão à unidade escolar. Então o déficit nosso real é 4.500 crianças. Esse é o total de vagas que temos de criar e não os 10 mil que dizem.

Com a chegada de mais 11 CEIs, uma EMEF e duas EMEIs, se Deus quiser, até 2016 esse déficit de 4.500 vagas será superado. Tanto é que se observarmos pela Subprefeitura de Vila Maria - Vila Guilherme temos problema só na Vila Medeiros. Lá há a previsão do CEU Novo Mundo.

No Mandaqui estamos fazendo mais um convênio para 300 e poucas crianças. Então a grande solução é o Tremembé e acho que isso será resolvido nos próximos três anos com certeza com o apoio de Sempla, dos Vereadores, há muitos Vereadores que nos ajudam, inclusive, Vereadores que não são da base, mas que também nos ajudam.

Nós, da Educação, trabalhamos independente dessa questão. Se o Vereador é da base e bem-vindo, mas se não for da base também é bem-vindo, porque nunca vamos trabalhar com essa postura: porque é de “A” ou de “B”. Estamos sempre abertos e estou muito

feliz por estar aqui, principalmente com o próprio Subprefeito. Temos um tratamento vip que me ajuda muito nas questões dos terrenos, em especial os convênios que nos estão apoiando.

Convidamos os presentes, no dia 13 de dezembro, teremos o encerramento do nosso ano letivo na Unip. Estamos à disposição de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Duarte, parabéns. Não sou da situação, mas acho que a questão da Educação está acima de qualquer coisa. Aliás, as questões de São Paulo estão acima de qualquer coisa.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada esta audiência pública e agradeço a presença de todos, especialmente, a honrosa presença do nosso Subprefeito do Jaçanã Tremembé, Sr. Edison Vianna.